

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2023005927

APENSO N.º 2023009929

APENSO N.º 2023010042

APENSO N.º 2023010532

Ilmo. Senhor
Eng.º Gilberto Meletti,
Diretor-Presidente do SAMA E.

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2023

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados, na área de engenharia, para realização de diagnóstico dos equipamentos e estruturas dedicados à coleta e à queima de biogás, e elaboração de projetos básico e executivo para implantação e/ou reforma dos sistemas de coleta e queima de gases gerados no processo de tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs Canyon, Belo, Pena Branca, Pinhal, Samuara e Tega, em Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência – Anexo VII.

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo, tempestivamente interposto pela proponente **Lotus Serviços de Inspeção Ltda.**, através do processo administrativo n.º 2023009929, e das contrarrazões, impetradas pela proponente **E.Matsuo Tratamento de Efluentes Eireli.**, através do processo administrativo n.º 2023010042, com base na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. A empresa **Lotus Serviços de Inspeção Ltda.** também apresentou contrarrazões sobre a contrarrazão apresentada pela empresa **E.Matsuo Tratamento de Efluentes Eireli.**, através do processo administrativo n.º 2023010532.

Cumpridas as formalidades legais, registre-se que o recurso e a contrarrazão foram devidamente juntados em apenso ao processo.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE LOTUS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO LTDA. (PAD 2023009929)

A RECORRENTE interpôs recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, que sugeriu a adjudicação do objeto para a empresa E.Matsuo Tratamento de Efluentes Ltda.

A RECORRENTE solicita que sejam avaliados novamente e, se possível, compartilhar os documentos de comprovação técnica, atestado de Capacidade Técnico-Operacional e de Capacidade Técnico-Profissional, onde se pede comprovação técnica, conforme artigo 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, em “elaboração de projetos básicos e executivos de sistema de coleta e

queima de gases gerados no processo de tratamento de esgoto ou gases de aterro”. Sugere que possa acontecer equívoco no julgamento, quando a aplicação da técnica em coleta e queima de gases, que pode ser confundido com a coleta de esgoto em sistemas de esgotamento sanitário. Por isso, reforça que seja verificado e confirmado que nos documentos de comprovação técnica tenha indicada a devida aplicação, ou seja, coleta e queima de gases.

A RECORRENTE também solicita que seja reavaliada e julgada novamente a proposta de preços da proponente E.Matsuo Tratamento de Efluentes Ltda., considerando os incisos IV e V do item 9.3 do edital em referência. Entende que o preço proposto com 38% abaixo da média sugerida do edital pode tornar o serviço objeto inexecutável, comprometendo a entrega total e em conformidade técnica estabelecidas no edital.

O recurso administrativo protocolado pela recorrente cumpriu as formalidades legais ditadas no ato convocatório.

**DAS ALEGAÇÕES DA CONTRARRAZOANTE E.MATSUO TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA
(PAD 2023010042)**

A proponente **E.Matsuo Tratamento de Efluentes Eireli**, considerando as razões apresentadas, argumenta que o Atestado apresentado possui como objeto principal o fornecimento de projetos básicos e executivos de Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade para 120 m³/h, onde há processo anaeróbio tipo UASB, sendo que o biogás gerado neste reator é coletado e recebe tratamento através de queima em flare com chama aparente.

Continua explicando que, conforme “Aviso de Esclarecimento do Edital” publicado pelo SAMA E em 18/05/2023, que diz “caso sejam apresentados atestados de capacidade técnica, tanto operacional quanto profissional, referentes a projetos de estações de tratamento de esgoto, através de processo anaeróbio, em que a elaboração de projeto básicos e executivos de sistema de coleta e queima de gases gerados no processo de tratamento de esgoto estejam informados no Atestado, serão igualmente aceitos, mesmo que não constem individualizados na CAT”.

Salienta que, em termos de habilitação técnica, a empresa atendeu aos requisitos previstos no Edital. Explica que, no preenchimento da ART, não é possível especificar a atividade de projeto de “sistema de coleta e queima de gases gerados no processo de tratamento de esgoto”. Que a execução desta atividade ocupa uma relevância bastante baixa dentro do projeto de uma Estação de Tratamento de Esgoto, onde o tratamento da fase líquida (esgoto) e da fase sólida (lodo biológico excedente), são mais relevantes, por serem itens que implicam em maiores custos de implantação.

Em relação ao preço, reafirma que sua proposta contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo também as passagens aéreas, transporte, hospedagem, aquisição de EPI e alimentação, entre outros custos.

Finaliza escrevendo que possui larga experiência técnica neste tipo de projeto e anexa ao processo mais atestados cujo objeto é semelhante ao previsto no Edital desta licitação.

As Contrarrazões protocoladas cumpriram as formalidades legais ditadas no ato convocatório.

**DAS ALEGAÇÕES DA CONTRARRAZOANTE LOTUS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO LTDA. (PAD
2023010532)**

A proponente **LOTUS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO LTDA.**, considerando os argumentos demonstrados pela empresa E.Matsuo Tratamento de Efluentes, nas suas contrarrazões apresentadas, argumenta que identificaram falhas e imprecisão nos documentos técnicos apensados.

Que o Edital, nos incisos IV e V do item 7.1, exige que os documentos de comprovação técnica sejam de “elaboração de projetos básicos e executivos de sistema de coleta e queima de gases gerados no processo de tratamento de esgoto ou gases de aterro”. Continua afirmando que a empresa E.Matsuo justifica que seu atestado apresentado tem como objeto principal o fornecimento de projeto básico e executivo de “estações de tratamento de esgoto”, onde há processo anaeróbio tipo UASB e informa que o biogás gerado é coletado e recebe tratamento através da queima em flare, entretanto, nos documentos de comprovação técnica não especifica a atuação em sistema de rede de coleta e destino do biogás gerado.

Segue fazendo mais algumas ponderações e por fim faz comentários sobre as CATs apresentadas no recurso da empresa E.Matsuo, afirmando que não seriam serviços de elaboração de projeto de rede de biogás.

**DA ANÁLISE POR PARTE DA COMISSÃO PERMANENTE PARA RECEPÇÃO DE LICITAÇÕES NAS
MODALIDADES DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE**

Primeiramente, cumpre-se designar que a análise e a manifestação foram efetuadas considerando a vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, posto que o Edital é o princípio básico de toda licitação.

A Comissão habilitou as empresas **Lotus Serviços de Inspeção Ltda.** e **E.Matsuo Tratamento de Efluentes Eireli**, por ambas terem atendido os requisitos previstos em Edital. Em ato contínuo, foram abertos os envelopes de Preços, momento em que se verificou o valor apresentado pela empresa Lotus Serviços de Inspeção Eireli, sendo o total de R\$ 299.500,00 (duzentos e noventa e nove mil e quinhentos reais) e, pela empresa E.Matsuo Tratamento de Efluentes, cujo total foi de R\$210.948,00 (duzentos e dez mil, novecentos e quarenta e oito reais). Ressaltamos que ambas as empresas enviaram suas propostas por correio, não tendo representantes presentes no ato da abertura dos envelopes.

Quanto aos questionamentos elaborados pela empresa **Lotus Serviços de Inspeção Ltda.**, sobre os atestados apresentados por sua concorrente, a equipe técnica assim se manifesta:

“A empresa E.Matsuo Tratamento de Efluentes apresentou, na Tomada de Preços 003/2023, cópia de atestado técnico e CAT relativos a projeto da ETE Barra do Sahy, inclusive treinamento.

No item 2.2.2, relação dos equipamentos da ETE Barra do Sahy, há citação expressa do trabalho desenvolvido pela proponente em objeto como o exigido pelo SAMA E, onde aparece:

- Área 4, tratamento de biogás, flare de chama aparente.

A argumentação apresentada, de que o tratamento de biogás, quando citado em atestado técnico relativo a projeto global de ETE, representa parcela de menor relevância, é aceito como argumento válido, visto que os processos principais são os de tratamento do efluente com foco na redução de carga orgânica e desinfecção. É comum em situações assim que o tratamento dos gases seja citado como processo paralelo, ocupando menos espaço, porém não sendo menos importante no projeto como um todo.

Opina, portanto, pela confirmação daquilo que foi considerado anteriormente, de que a empresa e o profissional comprovaram os requisitos exigidos no edital, quanto à experiência e capacidade técnica”.

Em relação à proposta de preços apresentada pela empresa **E.Matsuo Tratamento de Efluentes Eireli**, o artigo 48, I, II da Lei Nº 8.666/1993 impõe que serão desclassificadas as propostas que:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II – propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Também no artigo 48, porém § 1º, alíneas “a” e “b”, temos a seguinte explicação:

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- b) valor orçado pela administração.

No caso concreto, para demonstração de exequibilidade dos preços, consideraremos os valores a seguir:

- orçamento do SAMA E = R\$ 339.499,98;
- proposta da empresa E.Matsuo Tratamento de Efluentes Eireli: R\$ 210.948,00;
- proposta da empresa Lotus Serviços de Inspeção Ltda: R\$299.500,00.

Conforme as alíneas “a” e “b” do artigo 48 da lei 8.666, deve-se considerar o menor de dois valores, sendo, ou a média aritmética dos valores superiores a 50% do valor orçado pela administração ou o valor orçado pela administração, do resultado, presume-se, segundo a lei, inexequível, a proposta cujo valor seja inferior a 70%.

A média aritmética dos valores das propostas acima a 50% do orçado pela administração é R\$ 255.224,00 ($R\$ 210.948,00 + R\$ 299.500,00 / 2 = R\$ 255.224,00$). Seguindo o que preconiza a lei, aplicando 70% sobre a média, resultaria o total de R\$ 178.656,80.

Ao calcular os 70% do valor orçado pelo SAMA E, chegamos ao total de R\$ 237.649,98.

Ou seja, no entendimento da Comissão, presumir-se-ia inexequível, para esta licitação, as propostas cujos valores ficassem abaixo de R\$ 178.656,80.

Como podemos ver, o valor proposto pela empresa que restou em primeiro lugar não se considera inexequível. Além disso, mesmo que em uma primeira avaliação estivesse, a proponente ainda poderia ter a oportunidade de demonstrar a viabilidade em executar a contratação no valor apresentado, através de documentação pertinente.

Assim, considerando as informações apresentadas pelos técnicos da Autarquia, revendo o ato recorrido a Comissão opina pelo conhecimento do recurso, visto sua tempestividade, e, no mérito, opina por negar-lhe o provimento, mantendo a decisão da sugestão de adjudicação do objeto à empresa E.Matsuo Tratamento de Efluentes Eireli, conforme acima exposto.

À consideração superior para que revise o ato recorrido e, a seu critério, mantenha ou mude a decisão da Comissão.

Caxias do Sul, 20 de junho de 2023.

Vivaldo Silveira de Camargo Júnior,
Presidente

Liseane Peluso Rech,
Vogal.

Samuel Dal Piaz Jaconi,
Vogal.

Israel Feijó,
Secretário.